

EDUCAÇÃO INFANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PANDEMIA

Marlene Oliveira dos Santos (UFBA) dossantos.ufba@gmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho trata da Educação Infantil no contexto da pandemia de COVID-19 e busca refletir, criticamente, sobre dimensões de políticas públicas em disputa na conjuntura político-econômica do Brasil a partir da análise documental de textos de políticas anunciadas pelo governo federal. As desigualdades sociais brasileiras são históricas e a chegada do SARS-CoV-2 intensificou e explicitou a não garantia do direito da criança à Educação Infantil e a precariedade das condições de trabalho para os profissionais da educação. O desafio atual é lidar com a incerteza, com os efeitos e complexidades da pandemia, com a distopia do governo federal e, ao mesmo tempo, não perder de vista as lutas históricas em defesa dos direitos das crianças, dos professores, de outros profissionais da educação e de uma Educação Infantil pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade.

DESENVOLVIMENTO

A pandemia da COVID-19 será um marco histórico do século XXI, teremos que falar dos acontecimentos do mundo antes e depois da pandemia. É importante dizer que as consequências dessa crise serão profundas e afetarão longitudinalmente a humanidade em diferentes dimensões (educação, saúde, meio ambiente, emprego/renda, economia...). Para o capital financeiro, a vida humana só é importante se ela consumir. Logo, as ações para recuperação do que foi “perdido” na pandemia, financeiramente falando, serão incisivas e devastadoras para a maioria da população, principalmente para as minorias e para os trabalhadores, que serão ainda mais explorados e submetidos a sacrifícios para produzir e sustentar a riqueza de poucos. O modelo de sociedade capitalista escorada em princípios neoliberais (GENTILLI; SILVA, 2001) e neoconservadores (LIMA; HYPOLITO, 2019) não serve para uma transformação radical da vida da população marginalizada e explorada, historicamente.

A Educação Infantil está sendo, mais uma vez, tensionada no que diz respeito à sua identidade e finalidade por diferentes frentes e ações governamentais e de setores privados da sociedade, o que não é uma novidade para os estudiosos da área. As concepções e princípios teórico-metodológicos da Educação Infantil sempre estiveram em um campo de disputa político-pedagógica e econômica por entidades da sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores, instituições e atores do setor público e privado da sociedade brasileira, mas, apesar da referida disputa, conseguimos dar passos importantes e provocar a elaboração e implementação de políticas públicas, nunca antes formuladas no Brasil, para a primeira etapa da Educação Básica.

Com o desenrolar da pandemia, essas disputas não desapareceram, ao contrário, elas se avivaram e forças econômicas, poderosas, do setor privado da educação passaram a agir, rapidamente, por meio de suas fundações e *lobbies* no Congresso Nacional, e em outras esferas dos governos nacional, estadual e municipal, para produzir conteúdo no âmbito das políticas públicas, vender suas tecnologias, plataformas digitais e pacotes educacionais milagreiros, com o intuito de resolver as dificuldades trazidas pela pandemia e abocanhar bilhões dos cofres públicos, como já vinham fazendo, por meio de apostilamento, formação de professores, avaliação de desempenho e de aprendizagem, em vários municípios brasileiros (CORREA; ADRIÃO, 2014; NASCIMENTO, 2012).

As atuais políticas públicas e ações para a Educação Infantil, como o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que prevê a compra de livro didático para a Educação Infantil, revelam uma concepção de Educação Infantil sustentada em princípios de uma educação tecnicista (SAVIANI, 1991), que reconhece a criança como um sujeito passivo diante de seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem, que coloca o professor como aplicador de atividades e um executor de tarefas, dificultando o exercício de sua autonomia.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Alfabetização (Sealf), a Política Nacional de Alfabetização-PNA (BRASIL, 2019, p. 1) “[...] busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro.” A erradicação do analfabetismo, como um dever do estado brasileiro, não deve ser justificada com a proposição de uma política pública alicerçada em concepções que desconsideram todo o histórico e os conhecimentos produzidos no Brasil sobre a

alfabetização, como pode ser visto nesse fragmento retirado do Caderno do PNA: “A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.” (BRASIL, 2019, p. 18).

Essa política não tem como público alvo a Educação Infantil, especificamente, mas atinge em várias dimensões, seja pela retirada de autonomia do professor, seja pela concepção de alfabetização explicitada, seja pela proposição do método fônico como sendo o único possível de garantir a alfabetização das crianças, incentivando, cada vez mais cedo, a vivência de práticas alfabetizadoras, em creches e pré-escolas, que caminham na contramão das diretrizes e princípios da Educação Infantil e do acesso a práticas sociais de leitura e de escrita que todas as crianças têm direito, como analisa Arthur Morais (2019, p. 74):

[...] a PNA, não quer que o professor seja um agente pensante, que decide sobre como alfabetizar seus alunos, buscando ajustar-se às necessidades e interesses de cada menino e de cada menina. Portanto, desrespeita, completamente, os saberes profissionais e experiências dos alfabetizadores.

Em relação ao Edital do PNLD, o ex-ministro da Educação “Abraham Weintraub” publicou em sua página de Instagram no dia 25 de maio de 2020: “Pela 1ª vez, teremos livros didáticos para a Educação Infantil. Crianças da pré-escola terão contato com as palavras, a partir de 2022. Isso faz parte de uma grande mudança no ensino!” Essa mensagem desrespeita os professores, pesquisadores da área, ignora os conhecimentos produzidos no Brasil sobre a educação das crianças e, ao mesmo tempo, revela um profundo desconhecimento do que é a Educação Infantil, do que é o currículo da Educação Infantil e de como a criança se desenvolve e aprende. Em que mundo as crianças estavam que nunca tiveram acesso às palavras? De onde vem essa ideia de que as crianças aprendem apenas em contato com palavras? As crianças aprendem com todos os seus sentidos e com as suas múltiplas linguagens e experiências. As crianças se desenvolvem e aprendem pela palavra e também pela imagem, pelo som, pelo silêncio, pelo toque, pelo movimento, pelas linguagens artísticas, pela convivência, pela participação, pela exploração de objetos, materiais e artefatos científicos, tecnológicos e culturais produzidos pela humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento pede vigilância, articulação intersetorial e ações políticas virtuais, uma vez que nesse período a população não pode ir às ruas, para defender o direito das crianças a uma Educação Infantil de qualidade e as condições de trabalho dos trabalhadores da educação. Mesmo estando em um contexto de excepcionalidade, esses direitos continuam em vigor.

Para finalizar, afirmamos que é urgente mudar o rumo do projeto de estado em curso no Brasil e reiteramos que, na pandemia e pós-pandemia, queremos continuar construindo e fazendo ecoar uma narrativa que defende a vida, a democracia, a natureza, a paz, a justiça social, a lealdade às crianças e àqueles que exercem a docência cotidianamente com compromisso, competência e ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **O que é a Política Nacional de Alfabetização**. MEC, Brasília, 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/o-que-e>. Acesso em: 31 maio 2020.

CORREA, B.; ADRIÃO, T. Material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 379-396, mai./ago. 2014.

GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, I.; HYPOLITO, Á. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira.

Educação e Pesquisa, SP, v. 45, p. 1-15, 24 set. 2019.

MORAIS, A. G. de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**. BH, MG, v. 1, n. 10, p. 66-75, jul./dez. 2019. (Edição Especial).

NASCIMENTO, M. L. B. P. As políticas públicas de educação infantil e a utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 59-80, jan./abr. 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. SP: Cortez, Autores Associados, 1991.